

B LETIM **CNM**

Publicação da Confederação Nacional de Municípios • agosto de 2019

TRÊS PODERES EM PAUTA



Palavra do presidente

A nossa luta continua. Como em todas as grandes conquistas do movimento municipalista, nos manteremos unidos neste semestre para fazer avançar pautas importantes aos Municípios junto ao Executivo, ao Legislativo e ao Judiciário. No Congresso Nacional, continuaremos nossa articulação para a inclusão dos Entes locais na proposta da Reforma Previdenciária. São mais de R\$ 41 bilhões nos primeiros quatro anos; R\$ 171 bilhões em 10 anos; e R\$ R\$ 391 bilhões em 20 anos somente nos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) municipais, caso esses sejam contemplados com as mudanças.

Já temos do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), o compromisso nesse sentido. O provável relator, Tasso Jereissati (PSDB-CE), também afirmou que há cenário favorável para que isso ocorra. Serão necessários votos favoráveis de três quintos da Casa, ou seja, 49 dos 81 senadores. Na Câmara, também temos do presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), o acordo de fazer avançar rapidamente a proposta, após essa retornar do Senado.

Além da Reforma da Previdência – tão necessária aos Municípios brasileiros – temos nesse semestre outras matérias muito importantes aos Entes locais. Entre esses, destacam-se: a Reforma Tributária, que vai ganhar força nos debates; o aumento em 1% do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) no mês de setembro, já aprovada em comissão especial e que aguarda apreciação no Plenário da Câmara; o Imposto Sobre Serviços (ISS); a aprovação de um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação



Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) definitivo; e reforma política com a matéria que prevê a unificação das eleições, que pode gerar uma economia de cerca de US\$ 4 bilhões.

No Executivo, manteremos nossa articulação e o diálogo para concretizar anúncios feitos durante a *XXII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, como o Encontro de Contas entre os débitos e os créditos dos Municípios junto ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) – um pleito de quase duas décadas que avançou significativamente nos últimos dois anos; e a criação de linha de crédito especial para pagamento dos precatórios.

Outra reivindicação histórica dos Municípios será o foco do movimento junto ao Poder Judiciário: o julgamento no dia 20 de novembro das ações que suspenderam dispositivos da Lei 12.734/2012, referente à distribuição dos *royalties* de petróleo. A decisão do presidente da Corte, ministro Dias Toffoli, de inserir as ADIs 4.917, 4.916, 4.918 e 4.920 – todas de relatoria da ministra Cármen Lúcia –, na pauta do Supremo, também atendeu promessa feita aos gestores municipais durante a *XXII Marcha*.

São muitos os pleitos e, tenho certeza, com a nossa união, serão muitos os avanços que conseguiremos para a população de nossos Municípios.

Glademir Aroldi
Presidente da CNM

Família Municipalista

Visita de gestores à CNM



MARLYLDA BARBUDA
Prefeita de Itaparica (BA)



RODRIGO APARECIDO LOPES
Prefeito de Andradas/MG



CAMILO SILVA
Prefeito de Marmelópolis/MG



GILSON PESSOA
Prefeito de Senador Guimarães/AC



ALEXANDRE LUNELLI
Prefeito de Brasil Novo/PA



ANTÔNIO BARBOSA DE SOUSA
Prefeito de Assis Brasil/AC



DANIEL HINNAH
Prefeito de Panambi/RS



Visite o **lounge municipalista** na sede da CNM, em Brasília/DF

Computador, *wi-fi*, café, salas de reuniões e escritórios completos para seu Município.

 **Entrevistas**

Vamos corrigir distorções, afirma Mandetta sobre novo programa

Lançado em julho, o Programa Médicos pelo Brasil surgiu com a premissa de resolver a questão da falta de médicos no Brasil acompanhada há anos pelo movimento municipalista e parte das pautas prioritárias. Por este motivo, a entidade acompanha os debates sobre o assunto, e, para entender como o novo programa deve auxiliar os gestores municipais, o Boletim CNM entrevistou o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta. Médico de formação, Mandetta ingressou na vida política em 2005, quando assumiu a Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande (MS). Após esse período, exerceu dois mandatos como deputado federal pelo Mato Grosso do Sul (2011 e 2018).

Lançado recentemente, como o Programa Médicos pelo Brasil deve amenizar a questão da falta de médicos, principalmente nos Municípios localizados no interior do país?

Mandetta: O programa Médicos pelo Brasil prioriza a participação de regiões carentes, ou seja, cidades de difícil provimento, por serem longe dos centros urbanos e, também, em localidades vulneráveis, definidas assim por estarem em bairros onde há um número elevado de pessoas que recebem benefícios sociais, como Bolsa Família e aposentadoria até o limite de dois salários mínimos. A classificação dos Municípios prioritários foi feita a partir de uma metodologia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), baseada em estudo da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Essa classificação leva em consideração o tamanho da população dos Municípios, densidade demográfica e distância de grandes centros urbanos. Assim, os Municípios são divididos em cinco categorias, sendo que o nosso foco será naqueles considerados rurais remotos, rurais adjacentes e intermediários remotos, justamente por serem menos estruturados e estarem mais longe dos centros urbanos. Esses Municípios do considerado “Brasil Profundo” poderão incluir todas as equipes de Saúde da Família no programa Médicos pelo Brasil. Já os Municípios classificados como “intermediários adjacentes e urbanos” recebe-



Ministério da Saúde

ção de médicos apenas nas Unidades de Saúde da Família que estão localizadas em bairros considerados de alta vulnerabilidade social. A partir desta classificação clara dos Municípios acredito que vamos conseguir corrigir distorções e colocar médicos para atendimento de quem só tem o SUS como única opção para cuidar da saúde.

Quais as medidas que estão sendo criadas para desburocratizar e resolver a questão das obras paradas na área da Saúde?

Mandetta: Ao longo dos anos, muitos recursos foram liberados para construção de hospitais e outras estruturas de saúde sem que houvesse um planejamento claro para custeio mensal a partir do momento em que essas unidades entrassem em funcionamento. Isso gerou várias obras inacabadas que, por questões financeiras, não iniciam o funcionamento. Para corrigir essa situação e garantir que essas estruturas sejam colocadas à disposição da população para atendimento, o Ministério da Saúde publicou portaria permitindo que Estados e Municípios utilizem estruturas de saúde prontas, mas que ainda não estão funcionando, para outra finali-

dade de assistência dentro da área da saúde, sem precisar devolver recursos federais. Assim, de acordo com as necessidades de cada região, os gestores locais podem dar outra destinação para edificações como Unidades de Saúde da Família, Centro de Atenção Psicossocial, Centro Especializado em Reabilitação, Academias da Saúde, UPAs 24h, entre outros. Para isso, precisam solicitar nova destinação dessas estruturas até novembro deste ano.

Como vai funcionar o novo financiamento da Atenção Básica? Que critérios serão criados para o rateio dos recursos?

Mandetta: Estamos finalizando um novo modelo de financiamento da Atenção Primária à Saúde. Esse novo formato deve considerar o atendimento às pessoas, ou seja, a quantidade de pessoas cadastradas para acompanhamento pelas Equipes de Saúde da Família. Na hora de definir os valores de repasses, vamos considerar, por exemplo, a idade (pessoas menores de 5 anos e maiores de 65 anos) das pessoas atendidas por cada equipe, se recebem benefício do Bolsa-Família ou outros benefícios sociais, e vamos adicionar incentivo às equipes pela melhoria dos indicadores de desempenho no cuidado à saúde da população. Para isso, vamos cruzar os cadastros dos pacientes nas Equipes de Saúde da Família com outras bases de dados governamentais para identificação dos critérios de vulnerabilidade social.

Além do foco no cadastramento das pessoas e na qualidade do atendimento, o novo financiamento prevê a incorporação dos recursos para provimento de médicos e agentes comunitários, assim como incentivos para o cuidado de populações específicas como as ribeirinhas, ampliação do acesso (Saúde na Hora) e informatização, entre outros. O meu compromisso é com o fortalecimento da Atenção Primária, que é onde conseguiremos evidenciar o pilar constitucional da equidade no SUS: fazer mais por quem tem menos e transformar o desigual em igual.

Leia a entrevista na íntegra:

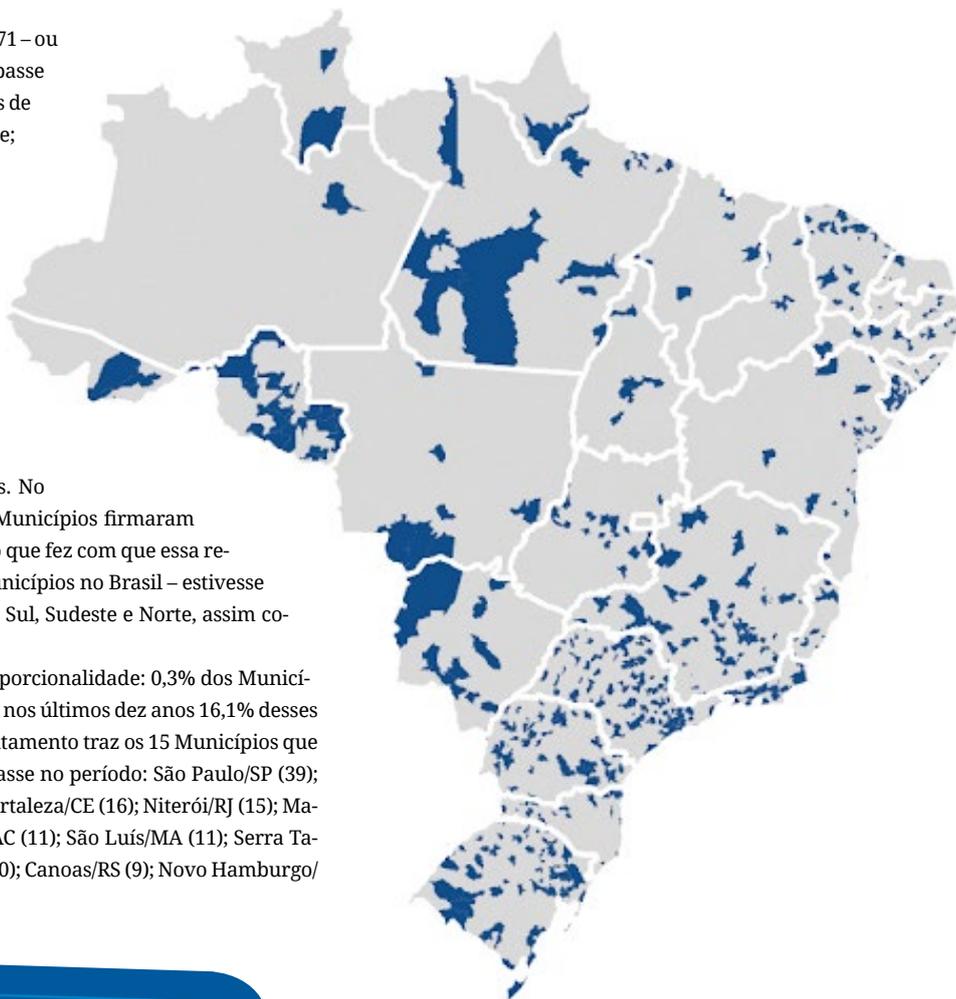


Estudo mostra desigualdade nos repasses para cultura

Dos 5.568 Municípios brasileiros, somente 671 – ou 12% – celebraram convênios e contratos de repasse com o Ministério da Cultura (MinC) entre os anos de 2008 e 2018. Desse total, 36,8% estão no Sudeste; 27,6% no Sul; 23,1% no Nordeste; 7,7% no Norte; e 4,8% no Centro-Oeste. Os dados constam de estudo técnico divulgado pela Confederação no dia 17 de julho.

Segundo o estudo, dos 1.296 convênios e contratos de repasse firmados, 66,7% foram feitos junto a 239 Municípios, os quais, por sua vez, correspondem a, somente, 4,3% dos Municípios brasileiros. Além disso, destaca-se a desigualdade entre regiões no compartilhamento desses recursos financeiros. No Nordeste, por exemplo, apenas, 8,6% de seus Municípios firmaram convênios e contratos de repasse com o MinC, o que fez com que essa região – apesar de ser a maior em número de Municípios no Brasil – estivesse em uma pior colocação quando comparada ao Sul, Sudeste e Norte, assim como em equivalência ao Centro-Oeste.

Outro dado do estudo alerta para a desproporcionalidade: 0,3% dos Municípios brasileiros firmaram sozinho com o MinC nos últimos dez anos 16,1% desses 1.296 convênios e contratos de repasse. O levantamento traz os 15 Municípios que mais celebraram convênios e contratos de repasse no período: São Paulo/SP (39); Rio de Janeiro/RJ (20); Ribeirão Preto/SP (17); Fortaleza/CE (16); Niterói/RJ (15); Macaíó/AL (11); Porto Alegre/RS (11); Rio Branco/AC (11); São Luís/MA (11); Serra Talhada/PE (11); Juiz de Fora/MG (10); Recife/PE (10); Canoas/RS (9); Novo Hamburgo/RS (9); e São Bernardo do Campo/SP (9).



PAUTAS MUNICIPALISTAS

Com base nos dados apresentados no estudo, a Confederação reforça a necessidade de avançar em pautas municipalistas na área, especialmente em relação à regulamentação do Sistema Nacional de Cultura (SNC) e à criação da transferência de recursos financeiros direta, simplificada, transparente e em plataforma única, da União aos Municípios, em prol do fortalecimento da gestão pública municipal de cultura no Brasil.

ESTUDO

A publicação trata de convênios e contratos de repasse que foram celebrados entre Municípios brasileiros e o Ministério da Cultura e operacionalizados por meio do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv). A base de dados do estudo foi coletada a partir da plataforma Painel Transferências Abertas, do governo federal. O estudo analisa o conjunto desses convênios e contratos de repasse, especialmente no que se refere à dimensão territorial inter-regional, interestadual e intraestadual; ao porte populacional; ao montante de recursos financeiros envolvidos; e à situação em que se encontram atualmente.

Alguns dados dessa pesquisa foram destacados pela técnica de Cultura da CNM, Ana Clarissa Fernandes, em audiência pública na Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados, em 3 de julho.

Veja aqui o estudo completo:



Artigo

Reforma do sistema previdenciário: o que foi aprovado na Câmara?

Os regramentos constitucionais de financiamento e pagamento de benefícios previdenciários inseridos na Constituição de 1988, ao longo dos anos, sofreram diversas alterações desde sua promulgação, como pode ser verificado nas Emendas Constitucionais 18, 20, 41, 45, 47 e 70.

O sistema previdenciário no Brasil está constituído por diferentes regimes de proteção dos trabalhadores e de seus familiares, fornecendo cobertura de diversas contingências sociais: incapacidade, idade avançada, encargos da família, morte e reclusão, os quais possuem participantes e regras bastante distintos:

1. Regime Geral de Previdência Social

(RGPS) é um sistema de repartição pública, com suas políticas executadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), autarquia federal, que atende os trabalhadores do setor privado, empregados públicos (funcionários de empresas estatais) e trabalhadores do setor público não amparados por regime próprio de previdência social.

2. Regimes Próprios de Previdência Social

(RPPS) abarcam os servidores públicos titulares de cargo efetivo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Cerca de 70% da população vive em Municípios que possuem RPPS. A gestão dos RPPS é realizada por cada Ente federativo, que juntos somam mais de 293 bilhões em recursos aplicados no mercado financeiro.

3. Regime de Previdência Complementar

(RPC) regime de participação voluntária, de segmento aberto (planos de previdência são oferecidos a todos os indivíduos por parte de bancos e seguradoras) e fechado (representado pelos fundos de pensão, com planos de benefícios restritos aos empregados de empresa ofertante, órgão público ou membros de entidades de classe instituidoras).

As regras da reforma da previdência constantes da PEC 06/2019 consistem em que a média salarial considerará todos os salários de contribuição. Idade mínima para a mulher de 62, e homem 65 anos, tempo de contribuição de 15 anos para mulher e 20 anos para homem, gera o direito a 60% da média.

Serão acrescido 2% a cada ano trabalhado, depois dos 15 anos de contribuição. Para receber 100%, a mulher terá que contribuir por 35 anos e o homem por 40 anos. A idade para os servidores da União é a mesma do RGPS, porém o tempo de contribuição é de 25 anos para ambos os sexos.

Difere dessa regra a diminuição das idades mínimas para a aposentadoria de policiais federais, rodoviários federais, legislativos, policiais civis do Distrito Federal e de professores. Para professores a regra é: 55 anos se for homem e 52 anos se for mulher, mantendo o pedágio de 100%, ou seja, se estiver faltando 2 anos, o professor precisará trabalhar mais 4 anos. Na maioria dos Municípios a quantidade de professores supera a soma das demais categorias.

Cada indivíduo que tem a expectativa de se aposentar, ao perceber que está em discussão a fórmula de cálculo ou o valor de seu benefício, ou no quanto tem de contribuir, seja regularmente, seja para cobrir déficit atuarial, tem a tendência de reagir negativamente por entender que está sendo retirado um direito seu. Essa visão individual se contradiz dada a rápida transição demográfica no Brasil, já que haverá aposentáveis em número tão grande que não poderão ser financiados pelas contribuições dos menos numerosos em idade ativa, nem será possível contar com os escassos recursos do tesouro. Por isso, a reforma não implica necessariamente perda de direitos, mas sim, representará a garantia de que os direitos poderão ser cumpridos futuramente.

A transferência do que é arrecadado tem de guardar equivalência entre todos os cidadãos. O que vemos hoje é que a previdência de uma pequena parcela da população consome uma parcela muito grande dos recursos que são destinados a saúde, educação, segurança e investimentos de toda a população, levando todos a consumirem serviços de péssima qualidade.

As justificativas para retirar os Municípios deveriam ter como medida o peso dos gastos com previdência no orçamento dos Municípios, e não se o Regime Próprio do

Município tem ou não déficit, pois para essas questões a Legislação Federal criou soluções eficazes ao longo do tempo, prevendo, inclusive, a geração de novas fontes de recurso, com o aporte ao RPPS de bens, direitos e outros ativos, os quais em processo que garanta a solvência e a liquidez do plano de benefício serão monetizados e constituirão fundos referidos no art. 249 da Carta Magna.

Retirar o direito do Município de criar Regime Próprio não melhora a situação financeira deste, pelo contrário, ao transferir a previdência para uma administração local agiliza o reconhecimento do direito previdenciário e reduz custo para o Município.

Foram analisadas a situação de 6 Municípios vinculados ao RGPS com alíquota patronal média de 22,05%, com folha de pagamento de servidores, totalizando R\$ 165.28 milhões, considerando-se que no RPPS essa alíquota patronal seria de 15,66% (média da região estudada), a economia anual desse grupo estudado seria de R\$ 165,00 milhões em 10 anos.

Nancy Abadia de Andrade Ramos, economista, com especialização em gestão atuarial e financeira, atua em previdência dos regimes geral e próprio desde 1986. Atuou no Ministério da Previdência Social mais de 10 anos, no Departamento de Regimes Públicos de Previdência Social, com atividades voltadas a fortalecimento, consolidação, desenvolvimento e qualificação dos Regimes de Previdência dos servidores públicos dos Entes federativos.


 Projetos e parcerias

Mais de 200 Municípios concorrem ao Prêmio MuniCiência 2019-2020

Com representantes de todos os 26 Estados brasileiros, mais de 200 Municípios – incluindo a participação de consórcios – inscreveram iniciativas e concorrem ao Prêmio MuniCiência 2019-2020. A iniciativa, que está na terceira edição, é uma parceria da Confederação Nacional de Municípios (CNM) com a delegação da União Europeia no Brasil, e tem o objetivo de identificar, reconhecer e compartilhar iniciativas municipais transformadoras, que impactam positivamente na administração pública e na sociedade.

As iniciativas válidas, ou seja, que atendem aos requisitos do regulamento, são analisadas

por uma comissão de especialistas e técnicos da Confederação. A pontuação é atribuída de acordo com os critérios previstos no edital. As 30 propostas com melhor pontuação seguem para a próxima fase do prêmio, após validação do Conselho Político da CNM. Elas serão anunciadas em 9 de agosto.

A segunda etapa ocorrerá de 12 de agosto a 2 de setembro de 2019. Nesse período, as 30 iniciativas selecionadas deverão apresentar informações complementares e depoimento do prefeito em um vídeo de até dois minutos. Em seguida, elas passam por nova análise da comis-

são julgadora, que selecionará 10 propostas. Estas seguem para votação popular pela internet, que definirá as cinco vencedoras.

Todas as 10 finalistas ganham, além do reconhecimento, guias de reaplicação das boas práticas que concorreram ao Prêmio MuniCiência. Os gestores municipais das cinco iniciativas mais votadas também receberão convites para um seminário internacional visando à troca de experiências. O resultado final, com os vencedores, será anunciado na *XXIII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, prevista para maio de 2020.

CINCO BONS EXEMPLOS

CNM relembra as boas práticas vencedoras do 2º Prêmio MuniCiência



Programa Santa Clara tem valor (Santa Clara do Sul/RS)

O projeto tem o intuito principal de fortalecer a economia do Município, incentivando os setores da indústria, comércio e serviços a se profissionalizarem e agregarem valor a seus negócios. Com isso, visa ao aumento nas receitas e maior retorno ao Executivo.

Saiba mais:



Sistema Alternativo de Tratamento de Água para Consumo Humano – Salta-Z (Abaetetuba/PA)

O projeto visa a encontrar uma solução alternativa para o provimento de água potável de qualidade para a população ribeirinha do Município, além de levar, aos moradores, educação ambiental, cidadania e informações de prevenção de doenças.

Saiba mais:



Programa de Protagonismo Juvenil – PPJ (Guarjão/PE)

A iniciativa pretende fomentar um programa com componentes curriculares interdependentes e complementares, objetivando a formação básica dos jovens, desenvolvendo competências e habilidades, incluindo valores socioculturais e preparando-os para o mercado de trabalho.

Saiba mais:



Projeto Arte na Parada (Rio Grande/RS)

A iniciativa busca democratizar a cultura e humanizar os espaços públicos, utilizando a arte como instrumento para valorizar as belezas da cidade, além de evitar o vandalismo e promover atividades de integração e inclusão socio-cultural, por meio de intervenções em grafite nos abrigos para passageiros dos ônibus urbanos.

Saiba mais:



Programa Estou Presente, Professor (São Bento do Uma/PE)

Promove ações em parceria com a escola para a redução da evasão e baixa frequência escolar. Para oferecer assistência às famílias desses alunos e dos em situação de vulnerabilidade, firma ações com outras secretarias municipais, igrejas, Ministério Público, Conselho Tutelar e Conselho da Criança e do Adolescente.

Saiba mais:



Institucional

Precatórios e previdência são destaques da atuação municipalista

Cerca de 29 pleitos do municipalismo estiveram na pauta da *XXII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios* realizada em abril e foram tratadas com o governo federal. Encerrada a maior mobilização municipalista do ano, a atuação da CNM para que o avanço dessas matérias seja concretizado continua. O presidente da entidade, Glademir Aroldi, esteve reunido com o novo ministro da Secretaria de Governo (Segov) da Presidência da República, Luiz Eduardo Ramos; e com a diretora de Transferências da União, Deborah Aroxa. Demandas relacionadas à Previdência, aos precatórios e à Plataforma + Brasil foram os destaques desses encontros.

Na reunião com o ministro da Segov, Aroldi entregou um documento com as demandas municipais e pontuou as mais urgentes. O apoio para a inclusão dos Municípios no texto da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 6/2019 da Reforma da Previdência, linha de crédito especial para pagamento dos precatórios, a republicação da Portaria 26/2019, que trata da regulamentação do Comitê de Revisão

da Dívida Previdenciária Municipal, e a publicação do Decreto de Compensação Previdenciária para os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) foram as prioridades tratadas na reunião com Luiz Eduardo Ramos.

Para o líder municipalista, o atendimento a esses pedidos ameniza, provisoriamente, as dificuldades dos gestores. “É impossível fazer a Reforma da Previdência separadamente. Os Municípios não conseguirão isso sozinhos.



A economia de R\$ 170 bilhões em dez anos com a reforma vai permitir que esse dinheiro fique para o Município realizar ações na Saúde e na Educação e depender menos do governo federal e dos Estados. Com a linha de crédito na ordem de R\$ 3 a R\$ 4 bilhões já daria para resolver os problemas mais graves com as dívidas de precatórios”, considerou o presidente da CNM. O ministro sinalizou que encaminhará as demandas municipais para o presidente da República, Jair Bolsonaro.



Desenvolvimento Econômico

STN publica nova versão do Manual para Instrução de Pleitos

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) publicou uma nova versão do Manual para Instrução de Pleitos (MIP). A Confederação Nacional de Municípios (CNM) destaca aos gestores municipais e aos contadores públicos a importância do preenchimento correto das informações e das atualizações do Manual. O material atualizado está disponível no portal da instituição, e há duas mudanças principais.

A primeira é a alteração para comprovações

relacionadas à obtenção da garantia da União. Em virtude de manifestação recente da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), houve descontinuidade do uso da expressão “exercício fechado”. A segunda mudança trata do procedimento de consulta relativa à não violação dos acordos de refinanciamento com a União – a lista anteriormente publicada na seção *Download* de Arquivos do Manual foi excluída, o que afeta o Pedido de Verificação de Limites (PVL-IF).

O MIP é mantido e atualizado pela STN para orientar Estados e Municípios sobre a correta instrução de pedidos para contratar operação de crédito e receber a garantia da União. Acesse a versão mais atualizada do manual em:



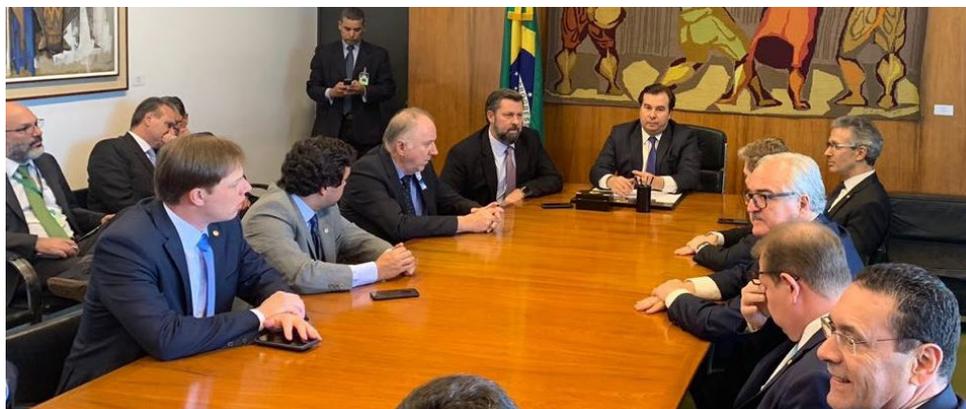
Reforma da Previdência: indu

A luta pela reinclusão de Municípios e Estados na Reforma da Previdência – Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 6/2019 – continua, pelo menos, pelos próximos dois meses. A tramitação no Senado Federal será decisiva para reverter decisão dos deputados, que deixaram de fora das novas regras os 2.108 Entes municipais com Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). Após votação em segundo turno, o texto segue para apreciação dos senadores. A boa notícia é que o presidente Davi Alcolumbre (DEM-AP) e o provável relator, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), já demonstraram expectativa para a participação dos Entes subnacionais na Reforma. Segundo Jereissati, há um clima favorável e disposição dos líderes para buscar o consenso. Serão necessários votos favoráveis de três quintos da Casa, ou seja, 49 dos 81 senadores.

Enquanto a PEC passar pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e pelo plenário, o movimento municipalista – representado por gestores municipais de todo o país, presidentes das entidades estaduais e representantes da Confederação – deverá sensibilizar os legisladores para os impactos da reinclusão de Municípios. Estima-se uma redução das despesas previdenciárias de R\$ 41 bilhões nos primeiros quatro anos; R\$ 171 bilhões em 10 anos; e R\$ 391 bilhões em 20 anos somente nos RPPS municipais, caso eles sejam contemplados com as mudanças. Depois da aprovação no Senado, será necessário superar outro desafio: a aprovação novamente na Câmara dos Deputados. Em todos os casos, somente com esforço conjunto, a CNM conseguirá garantir a participação dos Municípios na primeira das grandes reformas estruturantes do país. “Os Municípios, como parte da Federação brasileira, não podem ficar de fora da Reforma. Nossos gestores têm consciência de que a Nova Previdência será determinante para o equilíbrio das contas públicas e para a retomada do desenvolvimento econômico e social. Por isso, não desistimos e vamos continuar lutando no Senado”, garantiu Aroldi.

NA CÂMARA

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), espera concluir a votação do segundo turno da Reforma. Na primeira rodada de votações em plenário, o texto-base recebeu 379 votos favoráveis, 71 a mais que o mínimo necessário de 308. Ou seja, 74% da Casa reconheceu a necessidade do projeto para o



Ag. CNM

sistema previdenciário brasileiro e, em específico, a União. Apesar de Maia e diversos parlamentares de diferentes Estados e partidos terem se mostrado, desde o início, favoráveis à manutenção dos Entes subnacionais no projeto, durante a análise na Comissão Especial, os líderes concordaram em **tirar do substitutivo** do relator Samuel Moreira (PSDB-SP) o trecho que previa essa participação. Durante esse período, o presidente da CNM, Glademir Aroldi, esteve com lideranças partidárias e nos gabinetes individuais para apresentar posicionamento do movimento municipalista.

Em 10 de julho, dia da aprovação do texto-base em primeiro turno, houve reunião com os presidentes da Câmara e do Senado. Com apoio da prefeita de Pedra Branca do Amapari (AP), Beth Pelaez, Aroldi foi até a residência oficial da presidência do Senado, onde foi recebido por Davi Alcolumbre, enquanto o ex-presidente da CNM Paulo Ziulkoski esteve com Maia, líderes e o governador de Minas Gerais, Romeu Zema. Segundo Ziulkoski, os encontros consolidaram entendimento entre as Casas de que é possível reincluir os Entes, se necessário, separando Estados e Municípios em artigos diferentes. “Porque quando voltar para a Câmara, se tiver resistência com os governos estaduais, teremos mais viabilidade de garantir os Municípios”, explicou. Nos dias seguintes, os deputados analisaram destaques que pretendiam modificar pontos específicos do texto, a maioria foi rejeitada, mas vingaram **alterações** que reduziram o impacto fiscal em relação à redação original enviada pelo Executivo ao Congresso (*ver box*). Mais um motivo para entender os efeitos da Reforma a todas as unidades federativas.

Entre as alterações estão: retirada dos servidores estaduais e municipais dos RPPS; introdução de nova regra de transição para segurados do Regime Geral da Previdência Social (RGPS) e para servidores públicos federais; retirada das mudanças relativas aos trabalhadores rurais e no BPC; reinclusão da imunidade das receitas de exportações, no caso da contribuição sobre o faturamento que substituir contribuição previdenciária do empregador; além da mudança no alcance do abono salarial.



Joel Rodrigues/Ag. CNM

“A nova versão esclarece com a devida contundência a ausência de efeitos imediatos da PEC sobre Estados, Distrito Federal e Municípios. Fica clara a preservação integral da legislação atualmente em vigor no âmbito de cada Ente subnacional enquanto não houver Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores no sentido de alterar as regras do respectivo Regime Próprio de Previdência Social” – trecho do substitutivo apresentado pelo relator Samuel Moreira na comissão especial que retirou os entes subnacionais com RPPS da Reforma.

so Nacional

Inclusão de Municípios depende do Senado



“

Acho que estamos todos convencidos de que a introdução dos Estados e dos Municípios é essencial para que a reforma seja completa. Foi um equívoco [da Câmara], em um momento de muitas discussões. A questão foi colocada talvez de uma maneira muito emocional. Se conseguirmos passar aqui, quando voltar para Câmara, será outro clima.

”

Davi Alcolumbre

Vínculo do servidor aposentado – Falar de uma conquista na Reforma da Previdência sem a confirmação da inclusão dos Municípios parece contraditório, mas a PEC atendeu a um pleito do movimento municipalista: “impedir que um servidor ou empregado público vinculado ao RGPS permanecesse no exercício do cargo do qual decorreu a aposentadoria, o que resultava na percepção simultânea de proventos de aposentadoria com a remuneração do cargo ou emprego [...] qualquer que seja o regime previdenciário do servidor, na medida em que se determina o rompimento automático do vínculo, se for aproveitado para a concessão da aposentadoria tempo de contribuição decorrente do cargo ou emprego ocupado”, explica o relatório. Uma distorção com que os gestores têm de lidar, atualmente, é a continuidade de aposentados em suas funções nas prefeituras.

NO SENADO

Conforme divulgado nos canais oficiais do Senado, os servidores públicos estaduais e municipais deverão ser reincluídos por meio de uma segunda Proposta de Emenda à Constituição (PEC). A estratégia tem como objetivo garantir que o texto principal da reforma (PEC 6/2019) seja aprovado pelos senadores com celeridade e sem alterações. Como o provável relator Tasso Jereissati explicou, a nova PEC caminhará ao mesmo tempo que a 6/2019, mas permitirá a promulgação das regras básicas para o Regime Geral mais cedo, provavelmente em outubro. Isso porque a Casa espera aprovar o texto que veio da Câmara em até 60 dias. A presidente da CCJ, senadora Simone Tebet (MDB-MS), adiantou que o colegiado deve levar apenas três semanas. Depois, basta a análise em dois turnos no plenário.

Favorável à medida, Davi Alcolumbre declarou que o Senado tem a missão de defender os Entes federados – entendimento compartilhado com outros senadores, como Tasso Jereissati. “Se o re-

lator tem o desejo de incluir, e havendo esse sentimento do Senado, como Casa da Federação, espero que possamos debater e incluir Estados e Municípios na nova Previdência”, disse o presidente. Em meio à corrida dos parlamentares para apreciação, a CNM orienta os gestores a articularem a reinclusão dos Municípios no mesmo ritmo. Desde que a proposta foi apresentada pelo governo, no início do ano, a entidade vem participando de diversas reuniões com membros do Executivo e do Legislativo para defender os pleitos, mas o engajamento dos gestores pessoalmente com a bancada de seus Estados é indispensável e sempre se mostra um diferencial em momentos decisivos. Vale ressaltar também a importância da adoção automática das novas regras, independentemente da aprovação nas Câmaras Legislativas municipais. Isso porque, com as eleições no próximo ano, essa decisão em nível local deve ser adiada – e o déficit previdenciário, que aumenta a cada ano, não pode esperar.



Novo semestre, nova

Encerrado o primeiro semestre, a CNM e o movimento municipalista se preparam para as articulações políticas dos últimos cinco meses de 2019. De agosto a dezembro, membros dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário federal irão pautar pleitos importantes para a gestão municipal, e os gestores devem estar alinhados sobre as demandas. Além da Reforma da Previdência, que tramita como Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 6/2019 (leia mais nas páginas 8 e 9), medidas indispensáveis ao equilíbrio dos cofres públicos, como o acréscimo de 1% ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) em setembro e a cessão onerosa, continuam em debate no Congresso Nacional. Também entram em cena projetos para atualizar a Lei de Improbidade e melhorar a prestação de serviços de saneamento básico. Para garantir o mínimo de votos em propostas favoráveis e impedir decisões prejudiciais, o presidente Glademir Aroldi pede união de prefeitos, secretários e vereadores, que devem procurar seus deputados e senadores para explicar os impactos dos projetos.

No Executivo e no Judiciário, será necessária atuação dos gestores e representantes dos consórcios e das entidades estaduais e microrregionais no sentido de conhecer cada um dos pleitos e reforçar as campanhas institucionais da Confederação. Há diferentes formas de contribuir, comparecendo às mobilizações e aos encon-



Ag. CNM

tros em Brasília e nas capitais ou esclarecendo a população e a imprensa local no próprio Município acerca dos temas que envolvem todas as áreas da gestão municipal, como saúde, educação e assistência social. Para isso, estão disponíveis no *site* da entidade, materiais informativos e notícias sobre as demandas e os avanços – de reuniões nos ministérios e publicação de decretos e portarias às decisões judiciais de repercussão geral.

Um dos momentos mais aguardados é o julgamento da liminar concedida pela ministra Cármen Lúcia na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4.917. A decisão monocrática, ocorrida em 2013, suspendeu as regras aprovadas pelo Congresso para redistribuição dos *royalties* de petróleo. Desde então, os recursos continuam sendo distribuídos entre os Entes da Federação de maneira injusta e concentrada, conforme critérios antigos, que antecedem a descoberta de novas fontes. O anúncio de que o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) irá julgar a ação ainda neste ano ocorreu durante a **XXII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios**. “A *Marcha dos Prefeitos* é um evento significativo e de extrema importância. Diante da solicitação e demanda expressiva dos prefeitos, marquei para o dia 20 de novembro o julgamento dos *royalties*”, afirmou o então presidente da Suprema Corte, Dias Toffoli.

Veja os principais pleitos nos três Poderes:



Ag. CNM

JUDICIÁRIO

► **Royalties:** uma liminar suspendeu os efeitos da Lei 12.734/2012, que previa regras mais justas para distribuição dos recursos; e, com o julgamento da ADI 4.917, o movimento municipalista espera que os ministros do STF rejeitem o recurso e, assim, possibilitem a alteração das regras relativas ao regime de participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural ou da compensação pela exploração. Para se ter uma ideia, passados cinco anos da liminar, Municípios deixaram de receber R\$ 22 bilhões por meio do Fundo Especial do Petróleo.

LEGISLATIVO – CÂMARA DOS DEPUTADOS

► **Reforma Tributária:** existem duas PECs em análise, uma em comissão especial da Câmara (PEC 45/2019) e uma a ser apresentada pelos líderes no Senado (com base na PEC 293/2004), propondo um novo sistema unificado que inclui tributos municipais. Para garantir autonomia e evitar a perda de receitas por parte dos Municípios, a CNM acompanha as discussões, tendo, inclusive, apresentado emendas à PEC 45/2019.

► **1% do FPM:** aprovada em comissão especial, a PEC 391/2017 garante acréscimo de 1% ao primeiro decêndio do FPM de setembro, trazendo um alívio a um mês que, historicamente, tem queda no repasse. Aguarda votação em plenário para ir à promulgação.

► **Fundeb:** a PEC 15/2015, que torna o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) mecanismo permanente, aguarda apreciação em comissão especial. Representantes da Confederação participaram de audiências públicas e esperam que pleitos como aprimoramento dos critérios de redistribuição sejam atendidos.

► **ISS:** no PLP 461/2017, que aguarda votação em plenário, estão definidos quem são os tomadores dos serviços para recolhimento, de maneira simples e fiscalizável, do Imposto Sobre Serviços (ISS).

tucional

atuação pelos pleitos



Marcos Oliveira / Ag. Senado



Luiz Marcelo / Ag. Câmara

LEGISLATIVO – SENADO FEDERAL

► Execução direta das emendas:

aguardando criação de comissão especial, a PEC 48/2019 determina a transferência direta de recursos de emendas a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios.

► **Lei Kandir:** pronta para pauta no plenário, o PLP 461/2018 regulamenta a compensação financeira da União aos Estados e Municípios pela perda da desoneração de ICMS sobre exportações.

► **Reforma da Previdência:** os deputados decidiram não inserir na PEC 06/2019 a adoção automática das novas regras pelos 2.108 Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). Agora, o movimento municipalista espera que a reinclusão de Estados e Municípios ocorra no Senado e volte para apreciação na Câmara.

► **Desburocratização:** pronta para deliberação em plenário, a PEC 57/2016 simplifica a burocracia fiscal e tributária em Municípios de pequeno porte – definição que deverá ser regulamentada por lei complementar.

► **Avaliação dos servidores:** o PLS 116/2017, que espera ser pautado em plenário, estabelece regras para avaliação periódica e exoneração por insuficiência de desempenho dos servidores da União, Estados e Municípios.

► **Fundo social do pré-sal e cessão onerosa:** os novos formatos de distribuição dos recursos do Fundo Social do pré-sal e da cessão onerosa de áreas de exploração de petróleo tramitam como PLS 264/2017 e PLC 78/2018, respectivamente. No caso da cessão onerosa, que aguarda relatoria na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), está previsto repasse de 15% do montante para Municípios.

► **Conselho de Gestão Fiscal (CGF):** a regulamentação do grupo que vai padronizar normas, avaliar e coordenar a gestão fiscal dos Entes da Federação está prevista no PL 3.520/2019, que aguarda parecer na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC). Na Câmara, tramita o Projeto de Lei do Senado (PLS) 163/2018, que cria o CGF, mas não contempla integralmente as demandas da CNM.

EXECUTIVO

► **Comitê de Revisão da Dívida Previdenciária Municipal:** a CNM pede a retomada para a primeira reunião do comitê, cujos integrantes foram nominados na Portaria 26/2019, de 9 de abril. O colegiado deverá ser responsável pelo tão esperado Encontro de Contas entre os regimes.

► **GT do Pacto Federativo:** as reuniões do Grupo de Trabalho que vai debater e articular medidas para regulamentar de fato o pacto continuam com a participação da Secretaria de Governo, Casa Civil, Ministério da Economia, CNM e as Frentes Parlamentares Mistas em Defesa dos Municípios e do Pacto Federativo.

► **Precatórios:** os gestores aguardam a criação de linha de crédito especial para pagamento dos precatórios, como determinou a Emenda Constitucional 99/2017. A medida definiu que Estados, Distrito Federal e Municípios que se encontravam em mora em 25 de março de 2015 poderiam quitá-los, até dezembro de 2024, com atualização pelo IPCA-E ou por outro índice que venha a substituí-lo.

► **Compensação previdenciária para os RPPS:** atualmente, só existem regras para compensação com o Regime Geral. Se um servidor contribuiu, durante um tempo, para um regime próprio estadual ou municipal, assume um cargo e se aposenta em outro Município, o último sistema, que concedeu a aposentadoria, arca com a despesa do benefício. Para garantir que ele tenha disponível todas as contribuições do período laboral, a CNM aguarda publicação de decreto com as regras da compensação.


 Boas Práticas

Boas Práticas Municipais ganham voz na Rádio CNM

O Brasil tem 5.568 Municípios e muitos deles promovem ações que trazem resultados positivos não só para a gestão municipal como para a população. Com o objetivo de dar visibilidade e promover esses projetos, além auxiliar outros Municípios que desejam promover as mesmas melhorias na localidade, a Confederação Nacional de Municípios tem tornado públicas as denominadas boas práticas.

Através de um programa semanal, ao vivo, na *Rádio CNM*, chamado Boas Práticas Municipais, as iniciativas ganham voz em matérias produzidas especialmente de acordo com a ação desenvolvida.

A boa prática que deu o início à divulgação foi a implementada pelo Município de Dois Irmãos (RS). Em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente, a reportagem mostrou que, depois de 20 anos de implementação da coleta seletiva, 100% do Município promove coleta seletiva e 90% dos resíduos orgânicos são aproveitados.

Entre as ações realizadas foi feita parceria com cooperativa, reforçada pela prefeita Tânia Terezinha da Silva. “Trouxe uma organização para o Município a partir do momento em que existiu a conscientização das pessoas sobre a importância que o meio ambiente tem na nossa vida e que, com o lixo, nós podemos transformar a vida de muitas pessoas, trazendo renda”, disse.

Já em Educação, a boa prática divulgada foi a do Município de Estreito (MA). O Município com 50 mil habitantes elaborou um planejamento e com um investimento de R\$ 6 milhões e cinco anos de construção ergueu uma universidade de 20 mil metros, 15 salas de aula amplas, auditório, biblioteca, bloco administrativo, praça de alimentação e estacionamento. “Nosso Município não contava com nenhum equipamento de ensino superior público. A nossa cidade tem muitas pessoas de classe média, de classe média baixa e aquele jovem que não tem condição de se deslocar para outra cidade para fazer curso superior parava aqui, porque é muito difícil. Foi com esse olhar que tivemos para a nossa cidade que decidimos iniciar a construção do nosso *campus* universitário”, disse o prefeito Cícero Neco.

Em Araruna (PR), a prefeitura iniciou um investimento entre R\$ 800 mil e R\$ 1 milhão em placas de energia solar, com o objetivo de produzir energia solar em todo o Município. Com vida útil e garantia de 25 anos, as placas devem gerar receita de 40 mil reais para o Município. “A intenção que vamos trabalhar é zerar nossa taxa de iluminação. Tanto do Município em si para

se manter quanto da iluminação pública”, reforça o prefeito Leandro César de Oliveira.

E, no ritmo dos festejos juninos, a Rádio CNM trouxe a boa prática do Município de São João do Piauí (PI). Com o nome do santo festeiro, o Município é referência nos festejos juninos do Estado. “É uma extensa programação ao longo dos meses de junho e julho em que há participação dos bairros, quadrilhas e o epicentro de todos os festejos acontece na praça de São João do Piauí, que é uma das maiores praças públicas do Estado. São 35 mil metros quadrados. Lá se ergue a cidade junina, que tem apresentação, além de quadrilhas e concursos de forró e sanfona, esses elementos tradicionais”, disse o prefeito Gil Carlos Modesto Alves.

Mas não são somente práticas municipais que ganham destaque na programação. A rádio trouxe reportagem especial que reforça a união de sete Municípios do Estado de São Paulo na criação de um Consórcio Público Intermunicipal que busca benefícios para mais de 2,7 bilhões de pessoas. Entre as ações implementadas pelo Consórcio Intermunicipal ABC está a criação das chamadas Casa Abrigo. Os ambientes acolhem mulheres vítimas de violência doméstica, quando, na oportunidade, as mulheres recebem treinamentos, ajudas e aprendem a fazer atividades diversas.

Outra ação que foi destaque na programação foi a do Município de Carnaúba dos Dantas (RN). Distante da fronteira, a gestão local se organizou para receber uma família com cinco venezuelanos, passando a integrar o programa Interiorização + Humana, desenvolvido pela CNM. “São pessoas que estão no nosso país e precisam de acolhimento, a gente vê isso com uma forma de positividade, de questão humana”, complementou o prefeito Gilson Dantas.

Essas foram apenas algumas ações divulgadas pela Rádio



CNM. Se seu Município tem alguma Boa Prática, você pode compartilhar através do e-mail imprensa@cnm.org.br. O programa Boas Práticas Municipais é transmitido, ao vivo, sempre às quartas-feiras, 9h30, na programação da rádio.

Acompanhe a programação da **Rádio CNM**:



 **Projetos e parcerias**

Experiências de 165 Municípios estão compartilhadas em portal

Após levantamento em cinco países – Brasil, Argentina, Peru, Colômbia e Chile –, experiências bem-sucedidas de 165 Municípios estão compartilhadas *on-line* e serão publicadas em um livro. A iniciativa é fruto do Programa Internacional de Cooperação Urbana (IUC-LAC) e foi realizada pela União Europeia e entidades parceiras, entre elas a Confederação Nacional de Municípios (CNM).

Os casos expostos são acompanhados, por exemplo, de informações sobre o contexto, os desafios e as lições aprendidas. O objetivo é identificar problemas em comum e possibilitar a troca de conhecimento. Os gestores podem se espelhar nos exemplos para reaplicarem os modelos em seus Municípios, considerando, claro, as particularidades de cada um.

No portal, as ações estão divididas em 11 áreas temáticas, de acordo com os temas da Nova Agenda Urbana: Cidades Inteligentes; Gestão Ambiental; Regeneração Urbana; Gestão da Água; Gestão de Resíduos Sólidos; Indústrias Sustentáveis; Economia Verde; Energia Limpa; Construção Sustentável; Transporte Sustentável; Planejamento Urbano de Baixo Carbono.

Representante do Programa de Cooperação Urbana Internacional – América Latina e Caribe (IUC-LAC) na CNM, Juliana Leal, destaca o esforço das organizações responsáveis pela publicação. “Foi resultado de um trabalho de

um ano e seis meses, que ainda está em andamento e tem o potencial de ajudar diferentes atores envolvidos com a gestão pública. De prefeitos, secretários e servidores a instituições sem fins lucrativos, empresas privadas e a própria população. A cooperação está muito mais próxima e acessível do que as pessoas imaginam”, completa.

No entendimento de Florian Steinberg, especialista em Desenvolvimento Urbano do IUC-LAC, o levantamento cumpriu uma etapa importante, mas é só o início. “Essa compilação de melhores práticas é apenas uma pequena contribuição para uma melhor compreensão do progresso nas realidades urbanas da região da América Latina e do Caribe. Muito precisa ser feito para moldar o futuro das cidades e torná-las sustentáveis, resilientes, seguras e inclusivas”, justifica.



Para ver os 165 estudos de caso, acesse:

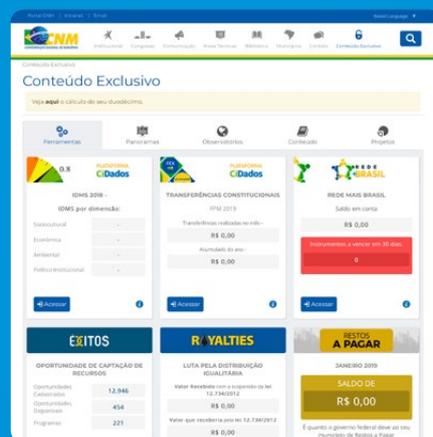


 **Governo digital**

De cara nova, conteúdo exclusivo está mais dinâmico e fácil de acessar

Ter todos os principais panoramas de sua prefeitura de forma acessível e com poucos cliques é a nova proposta do conteúdo exclusivo do *site* da Confederação Nacional de Municípios (CNM), que está de cara nova. Ao acessar a página *on-line*, é possível identificar os ícones das ferramentas, dos observatórios e dos projetos, além dos dados individualizados de 13 áreas prioritárias, como assistência social, contabilidade, econômica, educação e saúde.

Ao acessar o portal www.cnm.org.br, o gestor filiado à entidade visualizará a barra de *menus*, o último ícone dela direcionará ao conteúdo exclusivo para registro de *login* e senha. Caso, o Município ainda não tenha cadastro de acesso, basta enviar um *e-mail* para o atendimento@cnm.org.br com os seguintes dados: nome, CPF, *e-mail* institucional, cargo, telefone, Município e Estado. Também pode entrar em contato com a equipe do pré-atendimento pelo (61)



2101-6060 ou 2101-6000.

Para se ter uma noção de como o novo *layout* ficou mais funcional, antes os panoramas eram disponibilizados em *banners* e para visualizar os dados era necessário clicar em cada um

deles. Agora, todos os números ficam disponíveis no mesmo ambiente, e basta rolar a barra para conferir um raio x da gestão municipal. Três novas categorias de mapeamento foram implementadas, a econômica mostra o Produto Interno Bruto, o número de empregos formais e a remuneração média do trabalhador. Já o da Assistência Social traz a proporção de pessoas em extrema pobreza.

Criado exclusivamente para contribuintes, o Conteúdo Exclusivo permite que as informações locais sejam acessadas de forma rápida, unificada e segura, inclusive pelo celular com acesso à internet. Além disso, informações dos 5.568 Municípios sobre a presença do crack nas cidades, a ocorrência de fenômenos naturais e a existência de lixões estão disponíveis. Também o Observatório Político, que mostra as proposições em tramitação no Congresso Nacional, a atuação da CNM e dos parlamentares.

Boas Práticas

Cúpula Hemisférica é lançada regionalmente em Pernambuco

“Nós estamos trabalhando lado a lado para que haja um grande movimento e um grande evento aqui, em Pernambuco”. Essas foram as palavras do presidente de honra da Confederação Nacional de Municípios, Paulo Ziulkoski, durante o lançamento regional da **XIII Cúpula Hemisférica de Prefeitos e Governos Locais**.

A edição foi lançada durante a abertura do Seminário de Municípios Pernambucanos no dia 9 de julho. Anualmente, a Cúpula reúne gestores e profissionais de 24 países para debater desafios em comum e buscar soluções adequadas à realidade local. O próximo encontro terá como tema *Cidades Inovadoras para as Pessoas*.

Mas as ações vão além do evento e visam deixar legado para o território anfitrião e a população local. Entre as iniciativas estão as de estimular a articulação com organizações e grupos locais para promover atividades culturais, artísticas, recreação, de capacitação e tecnológica em espaços públicos e privados do Município, o que é reforçado pelo presidente da Associação Municipalista de Pernambuco (Amupe), José Patriota. “Sentimo-nos orgulhosos em sediar o evento. A meta é incentivar e fortalecer a apropriação política pelos governos locais da agenda de inovação, fazendo uma conexão com o desenvolvimento integrado e sustentável das cidades”.

A escolha do Município aconteceu no Congresso Latino-americano de Autoridades Locais realizado em Santiago, Chile, em março deste ano. O anúncio oficial e a entrega das chaves integraram a programação oficial da **XXII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios**. “A promoção do evento internacional no Recife é resultado do esforço de todos os prefeitos pernambucanos”, ressaltou Patriota.

O secretário executivo da Federação Latino-Americana de Cidades, Municípios e Associações de Governos Locais (Flacma), Sérgio Arredondo, reforçou a importância de estabelecer um diálogo sólido entre as prefeituras e associações a fim de debater desafios e encontrar melhores soluções para os problemas enfrentados por todos que fazem o serviço público municipal, um dos princípios norteadores da próxima Cúpula.

O encontro acontece entre os dias 17 e 20 de março de 2020, no Centro de Convenções de Pernambuco, localizado entre Olinda e Recife. Somam forças como organizadores a CNM, a Amupe, o governo do Estado e das Prefeituras de Recife e de Olinda, além da Flacma.



XIII CÚPULA
HEMISFÉRICA
DE PREFEITOS
E GOVERNOS
LOCAIS
Brasil 2020



Seminário

Seis mesas de discussões integraram a temática do Seminário de Municípios Pernambucanos. Com o tema *Inovar para Pessoas*, o seminário reuniu mais de 1.100 participantes, entre eles 100 prefeitos, 250 secretários, assessores e técnicos, além do governador do Estado, Paulo Câmara, deputados estaduais, vice-prefeitos e vereadores.

“O Seminário dos Municípios Pernambucanos contou com uma participação maior do que esperávamos. Foram temas enriquecedores, com exemplos reais; tivemos a presença de Alonso Salazar, ex-prefeito de Medellín, que esteve aqui dando uma verdadeira aula de como se resolve problemas sociais, problemas de violência com ação social”, pontuou Patriota. Na oportunidade, o ex-prefeito de Medellín, na Colômbia, Alonso Salazar, integrou a mesa com o tema “Os desafios da Gestão Pública Local no contexto Latino-Americano”.

Entre outros temas em destaque, esteve

a mesa de debate e explanação que tratou do Consórcio de Desenvolvimento e Inovação do Norte do Paraná (Codinorp). A iniciativa apresentada pelo prefeito de Prado Ferreira (PE), Silvío Damasceno, tem como principal objetivo driblar as dificuldades e qualificar os atendimentos na educação por meio de consórcio público.

Na parte da tarde, a programação foi dividida em oficinas temáticas. Os temas integram o dia a dia da gestão municipal: Impacto da Reforma da Previdência nos Municípios; o futuro da Educação e o Novo Fundeb; Desenvolvimento Social como Política de Segurança; Inovações Tecnológicas e Mídias Sociais como Ferramentas de Comunicação; Vida Saudável para as pessoas: o Combate às Doenças Endêmicas; além de Turismo e Cultura como Fortalecimento do Desenvolvimento Local.

Acesse o *site* da Cúpula para mais informações:



Na mídia

Inclusão de Municípios na reforma da previdência continua em alta

A mobilização municipalista pela inclusão de Estados e Municípios na Reforma da Previdência, o aumento de Parcerias Público-Privadas (PPPs) na área de iluminação e os dados do Observatório do Crack foram temas evidenciados pelos jornais, nos últimos dias, com menções ao movimento municipalista nacional. Sobre a cobertura da mídia ao trabalhar para estender as novas regras previdenciárias aos servidores municipais, o presidente da CNM, Glademir Aroldi, explica que a atuação municipalista será intensificada.

Aos jornalistas, Aroldi contou que a estratégia é promover encontros de pressão regional para que os senadores façam a inclusão dos Entes estaduais e Municipais na reforma assim que o texto chegar à Casa. E, para matéria do Valor Econômico sobre aumento de PPPs

de iluminação no primeiro semestre deste ano, a CNM esclareceu a reportagem: “como não há mais dinheiro, as prefeituras estão procurando alternativas mais viáveis para melhorar o serviço público prestado à população”.

Ao O Globo, que abordou divergência nas perguntas do Censo 2020, o presidente da CNM destacou o impacto da contagem populacional no Fundo de Participação dos Municípios (FPM). “As estimativas populacionais já estão defasadas. Eu não acompanhei a retirada de perguntas do questionário. Mas o Censo é uma radiografia do Brasil para tomada de decisões em todos os três níveis. Então, a gente precisa ver quais são essas cortes e vamos sensibilizar o governo para que eles não aconteçam”, disse Aroldi ao jornal.

Ao abordar os royalties do petróleo, matéria do Valor Econômico mencionou atuação da CNM.

O texto Royalties do petróleo crescem e ‘enriquecem’ cidades fluminenses diz que a arrecadação em 2019 aos Municípios com royalties e participações especiais aumentará, passando de R\$ 10,95 bilhões, em 2018, para R\$ 12,3 bilhões, e crescendo 33% até 2023, indo para R\$ 14,5 bilhões.

Levantamento feito pelo Valor, com base em previsões oficiais da ANP, mostra que 58% das cidades que recebem royalties do petróleo terão pela frente alguns anos de queda na arrecadação. Em contrapartida, Municípios fluminenses vão vivenciar um crescimento de 32% nas receitas petrolíferas; a projeção sugere um declínio na renda sobre a produção de óleo e gás em cidades paulistas e capixabas. Desigualdade que pode ser combatida com a decisão do STF sobre a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4.917, agendada para novembro.

FOLHA DE S.PAULO
mercado > mercado financeiro previdência tec folhainvest mpme indústria 4.0 arena do mark
PREVIDÊNCIA
Prefeitos e deputados articulam para que reforma volte a incluir servidores municipais
Iniciativa partiu da Confederação Nacional dos Municípios; mais de 500 municípios estão representados no Congresso
BRASIL Sem acordo com governadores, até o momento, prefeitos e deputados articulam para que os municípios sejam reincluídos na reforma da Previdência.
As vésperas da votação da proposta no plenário da Câmara, está em discussão a possibilidade de o próprio relator, deputado Samuel

UOL SAÚDE
Falta de profissionais no Mais Médicos afeta 6 milhões de brasileiros
O Brasil tem hoje 2.149 vagas do programa Mais Médicos não preenchidas
Mais meses após encerramento de parceria que garantiu 8 mil médicos cubanos, programa federal ainda não conseguiu preencher 2.149 vagas, prejudicando o atendimento básico em 705 municípios.
O Brasil tem hoje 2.149 vagas do programa Mais Médicos não preenchidas, o que equivale a 12% do total. Das posições ociosas, 2.042 estão em regiões

valor ECONÔMICO
SERVIDORES MUNICIPAIS TERÃO DEMISSÃO AUTOMÁTICA COM APOSENTADORIA
Edna Sialda De Brasília
A proposta de reforma da Previdência prevê que os servidores públicos municipais serão obrigados a se aposentar antes de completar 60 anos de idade. A medida tem o objetivo de reduzir o tamanho do setor público e garantir que os recursos sejam destinados a áreas prioritárias.
O texto prevê que os servidores públicos municipais que se aposentarem antes de completar 60 anos de idade terão sua contratação automaticamente extinta. Isso significa que eles não poderão mais trabalhar para o município.
A medida também prevê que os servidores públicos municipais que se aposentarem antes de completar 60 anos de idade terão sua remuneração reduzida para o valor de uma aposentadoria comum. Isso significa que eles não poderão mais receber o mesmo salário que recebiam enquanto trabalhavam.
A proposta de reforma da Previdência prevê que os servidores públicos municipais que se aposentarem antes de completar 60 anos de idade terão sua contratação automaticamente extinta. Isso significa que eles não poderão mais trabalhar para o município.
A medida também prevê que os servidores públicos municipais que se aposentarem antes de completar 60 anos de idade terão sua remuneração reduzida para o valor de uma aposentadoria comum. Isso significa que eles não poderão mais receber o mesmo salário que recebiam enquanto trabalhavam.

Valor ECONÔMICO
Especial
Prefeituras aumentam apostas em projetos de iluminação pública
Barbosa de volta do il
Prefeituras aumentam apostas em projetos de iluminação pública (Energia) cobrada diretamente dos consumidores de energia elétrica.
A medida prevê que os municípios possam cobrar diretamente dos consumidores de energia elétrica o custo da iluminação pública. Isso significa que os municípios não precisarão mais depender do governo para obter recursos para a iluminação pública.
A medida também prevê que os municípios possam cobrar diretamente dos consumidores de energia elétrica o custo da iluminação pública. Isso significa que os municípios não precisarão mais depender do governo para obter recursos para a iluminação pública.

O GLOBO
PARTIDOS PEDEM MUDANÇAS NO TEXTO, E BOLSONARO DEFENDE REGRA PARA POLICIAIS
PRESSÃO NARETA FINAL
Partidos pedem mudanças no texto, e Bolsonaro defende regra para policiais
No texto da reforma da Previdência, os partidos pedem mudanças no texto, e Bolsonaro defende regra para policiais.
A medida prevê que os policiais militares possam se aposentar antes de completar 60 anos de idade. Isso significa que os policiais militares não precisarão mais depender do governo para obter recursos para a aposentadoria.
A medida também prevê que os policiais militares possam se aposentar antes de completar 60 anos de idade. Isso significa que os policiais militares não precisarão mais depender do governo para obter recursos para a aposentadoria.

CADERNO COLUNISTAS
SEMANA DECISIVA NO RS E EM BRASÍLIA

ESTADÃO
Capitalização já existe em 1,4 mil cidades
Ponto polêmico da reforma da Previdência, que trata do texto aprovado na 5ª feira, sistema abriu espaço a investimentos em alguns municípios
Uma das propostas mais polêmicas da reforma da Previdência é a criação de um fundo de capitalização para financiar a reforma. Isso significa que os municípios poderão receber recursos para investir em obras e serviços públicos.
A medida também prevê que os municípios possam receber recursos para investir em obras e serviços públicos. Isso significa que os municípios não precisarão mais depender do governo para obter recursos para a iluminação pública.

Riqueza Fluminense
Barbacena está entre as cidades que têm alto índice de problemas relacionados ao consumo de crack na região, diz pesquisa do "Observatório do Crack"
Infraestrutura Distribuição desigual faz receita cair em mais da metade dos municípios que têm direito a ela
Royalties do petróleo crescem e 'enriquecem' cidades fluminenses
Barbacena está entre as cidades que têm alto índice de problemas relacionados ao consumo de crack na região, diz pesquisa do "Observatório do Crack".
A medida prevê que os municípios possam receber recursos para investir em obras e serviços públicos. Isso significa que os municípios não precisarão mais depender do governo para obter recursos para a iluminação pública.

Barbacena está entre as cidades que têm alto índice de problemas relacionados ao consumo de crack na região, diz pesquisa do "Observatório do Crack"
Levantamento realizado pela Confederação Nacional dos Municípios aponta pelo menos 18 cidades nas regiões Zona da Mata e Campos das Vertentes. Saiba mais...
Dezoito cidades da Zona da Mata e Vertentes têm alto índice de problemas relacionados ao consumo de crack. Os dados são do "Observatório do Crack", realizado pela Confederação Nacional dos

Eventos

Comunicação integra programação do CNM Qualifica

A comitiva da Confederação Nacional de Municípios (CNM) segue percorrendo todo o Brasil com o objetivo de qualificar 6 milhões de servidores municipais por meio do **CNM Qualifica**, projeto realizado em parceria com o Instituto Paulo Ziulkoski. Ao todo, foram realizadas no mês passado mais **19 edições do CNM Qualifica em 17 cidades**. A equipe municipalista ganhou recentemente o reforço da área de Comunicação, que contribuiu para capacitar agentes municipais nas cidades de Belém, no Pará, e de Santana, no Amapá.

Nessas localidades, o público teve a oportunidade de acompanhar palestras sobre o Planejamento em Comunicação nos Municípios. A proposta de orientar os assessores de prefeituras e entidades municipalistas estaduais teve como novidade as atividades práticas para trabalhar o plano comunicacional. A dinâmica despertou a criatividade dos participantes para resolver situações-problema, incluindo apresentações de teatro.

Para a assessora do Município de Limoeiro do Ajuru, Zenil, o **CNM Qualifica**, em parceria com a Federação das Associações de Municípios do Estado do Pará (Famep), promoveu um momento rico. “Podemos trocar experiências, ex-

por nossas dificuldades, mas, acima de tudo, esse encontro nos trouxe meios e motivações para pensarmos novas estratégias de comunicação para os nossos Municípios”, elogiou.

Mais capacitações

A complexidade da administração municipal que engloba várias áreas no atendimento à população e a realização de ações por parte de gestores e servidores foram pensadas pela CNM na definição dos temas de cada encontro. A escolha da entidade também leva em conta a peculiaridade da região e do Município que recebe o evento.

Além do Planejamento em Comunicação, a rotina de compras esteve em pauta nas cidades de Cuiabá (MT) e Porto Velho (RO). A gestão de resíduos sólidos: coleta seletiva e compostagem foi a abordagem do **CNM Qualifica** de Porto Alegre (RS). A capital gaúcha também recebeu uma edição sobre o processo legislativo municipal.

Em Vitória (ES), Belo Horizonte (MG) e São Paulo (SP), o público conheceu formas de captação de recursos e a Plataforma +Brasil. O Regime Previdenciário nos Municípios norteou os debates nas cidades de João Pessoa (PB) e Natal



(RN). Por fim, a educação foi assunto em Aracaju (SE); a mobilidade e trânsito, em Campo Grande (MS) e Cuiabá (MT); o papel dos Municípios na rede de amparo social, em Fortaleza (CE); e a gestão da saúde, em Montes Claros (MG).

PRÓXIMOS ENCONTROS

No mês de agosto, esses e outros temas irão fazer parte das capacitações em mais de 20 eventos. Os encontros são gratuitos para prefeitos, gestores e servidores de Municípios contribuintes com o movimento municipalista. **Confira a agenda e programe-se!**

9 de agosto
📍 Belo Horizonte (MG)
Eventos Turísticos no Município – Como realizar?

13 de agosto
📍 Belém (PA)
Eventos Turísticos no Município – Como realizar?

15 de agosto
📍 Macapá (AP)
Regime Previdenciário nos Municípios

16 de agosto
📍 Lages (SC)
Imposto Territorial Rural

20 de agosto
📍 Porto Alegre (RS)
O controle interno nos Municípios

21 de agosto
📍 João Pessoa (PB)
Gestão da Saúde nos Municípios

22 de agosto
📍 Manaus (AM)
O controle interno nos Municípios

22 de agosto
📍 Natal (RN)
Alternativas para o incremento das receitas municipais

26 de agosto
📍 Fortaleza (CE)
Regras básicas para a Gestão de Pessoal

27 de agosto
📍 Porto Velho (RO)
Regime Previdenciário nos Municípios

27 de agosto
📍 Belo Horizonte (MG)
Meio Ambiente

27 de agosto
📍 Aracaju (SE)
Regime Previdenciário nos Municípios

28 de agosto
📍 Vitória (ES)
Alternativas para o incremento das receitas municipais

28 de agosto
📍 Teresina (PI)
Regime Previdenciário nos Municípios

29 de agosto
📍 São Paulo (SP)
Meio Ambiente

29 de agosto
📍 Recife (PE)
Gestão de Pessoas

Créditos

O Boletim CNM é uma publicação da Confederação Nacional de Municípios. Todo o conteúdo pode ser copiado, distribuído, exibido e reproduzido livremente, desde que seja citada a fonte. Presidente: Glademir Aroldi - Jornalista responsável: Viviane Cruz - Reportagens: Allan Oliveira, Amanda Martimon, Amanda Maia, Lívia Villela, Mabília Souza, Raquel Montalvão, Viviane Cruz. Colaboradores: Áreas Técnicas da CNM - Fotos: Ag. CNM - Revisão: Keila Mariana de A. O. Pacheco - Design: Themaz Comunicação. Endereço: SGAN 601, Módulo N – Brasília/DF – CEP: 70.830-010 - Telefone: (61) 2101-6000 - Fax: (61) 2101-6008 - E-mail: atendimento@cnm.org.br